

REALFA

exame fonético x fonológico

R. E. Alves de Faria – LINESA

A proposta do trabalho de padronização do exame, foi criar um instrumento de avaliação fonoaudiológica que se propõe a detectar desvios na aquisição dos processos articulatório-motor e da organização do sistema fonológico e, conseqüentemente, no desenvolvimento normal da fala.

Ele tem por objetivo fornecer ao profissional de fonoaudiologia a possibilidade de investigação, com base científica, dos eventos da fala com desvios, proporcionando a elaboração de um diagnóstico mais preciso e um plano de reeducação mais adequado a cada caso.

Tradicionalmente o conceito de *dislalia funcional* refere-se a distúrbios articulatórios em nível de produção motora. Esta visão conduz a terapia para exercícios que preconizam apenas "instalar" fonemas.

A partir da década de 1970, surgem trabalhos científicos a respeito da aquisição da fala (Ferguson-1975, Ingram-1977 e Grunwell-1977) com enfoque na organização lingüística, mudando, a feição de que os erros da fala da criança seriam apenas por dificuldades articulatórias motoras. Estes pesquisadores consideravam que os erros se devem à construção de um sistema próprio infantil, que se organiza gradativamente até atingir o sistema adulto, com simplificações dos processos fonológicos. Surge, assim, o conceito de "discapacidades fonológicas".

Por questionar o conceito de erro articulatório para todas as ocorrências da fala infantil, em 1977 foi elaborado um exame da fala (Mol, Faria e Laginestra) para uso no serviço de fonoaudiologia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Neste

exame já era preconizada uma análise com base numa visão sistêmica do processo da fala. Investigava-se o tipo de simplificação usado pela criança (substituição, metátese, omissão, etc.) com a finalidade de dirigir a terapia de maneira mais adequada à problemática apresentada. Desta maneira, além do erro articulatório, outros níveis de organização poderiam ser abordados.

Em 1983 iniciou-se um trabalho conjunto de pesquisa com Elizabeth Reis Teixeira, doutora em lingüística, para levantar parâmetros sobre o desenvolvimento normal da fala, no Rio de Janeiro e Salvador.

A variedade de regionalismos no Brasil e a dificuldade de contato entre os pesquisadores, fez com que a pesquisa conjunta fosse cancelada. Durante esta fase foram testadas, no Rio de Janeiro, 259 crianças.

Com a possibilidade do doutorado, um novo projeto de pesquisa foi elaborado como tema para a tese, tendo como base a experiência obtida com os trabalhos anteriores.

O projeto previa a construção de um vocabulário, cujo levantamento tomou por base as ocorrências fonéticas X fonológicas do português, respeitando-se a pronúncia típica do Rio de Janeiro e aquelas que são de maior uso pela população infantil.

Foram testadas 78 vocábulos dos quais apenas 69 constam do exame. Os vocábulos com baixo índice de evocação não foram utilizados. A amostra avaliou 192 crianças entre 3:1 e 8:0 anos em duas classes sócio-culturais: A - crianças cujos pais tinham formação de 2 e 3 graus, freqüentando escolas particulares e B - crianças cujos pais tinham formação de 1 grau ou menos, freqüentando escolas da rede pública.

As ocorrências testadas envolvem todos os fonemas do sistema fonológico do português e as variantes regionais, nas estruturas seguintes: sílaba simples, consoantes pré-vocálicas, consoantes pós-vocálicas, sílabas com encontro consonantal ditongos crescentes e decrescentes, palavras longas de 4 e 5 sílabas paroxítonas e proparoxítonas.

A análise prevê os processos de simplificação usados pela criança: substituição, omissão, metátese, assimilação, monotongação, acréscimos, distorção de fonemas, etc.

Um manual de instruções foi elaborado para orientação do fonoaudiólogo. Dele constam: os símbolos do *Alfabeto Fonético Internacional* usados no exame, os principais processos de simplificação, os sistemas de oposição dos fonemas do português, a metodologia de aplicação e registro do exame e análise e síntese dos dados obtidos.

Os resultados da pesquisa informam os índices de evocação de cada vocábulo, os índices de evocação por faixa etária, o tempo médio de duração do exame e as idades médias em que os processos devem estar adquiridos e integrados no sistema fonológico da criança.

O critério para se considerar um processo adquirido ou integrado foi o levantamento da incidência do erro: erros constantes informam processos não adquiridos; erros inconstantes informam processos já adquiridos e não totalmente integrados.

Os dados estatísticos comprovam o fato, já conhecido, que crianças da classe A têm desenvolvimento melhor da linguagem que as da classe B. Um dado importante obtido é que a idade de aquisição dos processos é praticamente a mesma. O que difere é a idade de total integração. Enquanto na classe A, aquisição e integração se dão, em geral, na mesma faixa etária, na classe B há uma defasagem, às vezes, de até 2 anos de diferença. Constatou-se também que crianças da classe B que têm contato com a classe A (filhos de porteiros e domésticas) apresentam desempenho melhor que as que vivem mais isoladas só na classe B.

Este dado nos leva a observar a necessidade de orientação fonoaudiológica, sobre desenvolvimento da linguagem, para instituições que atendem populações mais carentes.

É de grande importância para os profissionais, que têm responsabilidades com crianças em desenvolvimento, compreenderem que os erros na fala infantil não significam, propriamente, uma fala sem ordem. Durante a aquisição dos processos fonológicos a criança organiza um sistema próprio, com base nos estímulos recebidos do meio ambiente, e os desvios se devem a uma construção que, às vezes, não coincide com o sistema adulto. Gradativamente esta organização atinge sua meta: o sistema usual do seu meio social. O que deve ser considerado patológico é a persistência dos desvios em idade cronológica em que a maioria das crianças já integrou as regras do padrão adulto. Com o exame padronizado é possível a intervenção mais precoce nos casos em que o atraso na organização fonética X fonológica é constatado.

Nossa expectativa é que o trabalho de padronização do exame da fala traga para o fonoaudiólogo uma visão mais abrangente da problemática de cada indivíduo, facilitando assim a tarefa da reeducação.

O exame, produto da tese, foi denominado REALFA, como referência às iniciais da autora.

O kit completo do exame consta de: manual de instruções, fichário evocativo e protocolo de registro, análise e síntese do caso avaliado.

Referências bibliográficas

- ALVES DE FARIA, R. E. *Padronização do exame fonético fonológico*. Tese de doutorado, UMSA, 1994.
- CABRAL, L. S. *Introdução à lingüística*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- CALLOU, D., LEITE, Y. *Introdução à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CASANOVA, J. P. *Manual de fonoaudiologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- CHARBONNEAU et al. *Phonetique appliquée*. Montreal: Beauchemin, 1968.
- CONDEMARIN, M. *Maturidade escolar*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1986.
- ISSLER, S. *Articulação e linguagem*. São Paulo: Lovise, 1995.
- MYSAK, E. *Patologia dos sistemas da fala*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1984.
- PERELLÓ, J. et al. *Transtornos del habla*. Barcelona: Masson, 1990.
- REIS TEIXEIRA, E. Os níveis fonético e fonológico de descrição. 1982. (mimeo)
- YAVAS et al. *Avaliação fonológica da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.